RELIGIÃO MORAL E ANALOGIA EM KANT

(Moral Religion and Analogy in Kant)

*Diego Carlos Zanella*¹

RESUMO: O texto visa fornecer uma explicação da metáfora kantiana de círculos concêntricos com o objetivo de compreender como Kant entende a religião moral proposta com tal metáfora e a questão da analogia aí envolvida. Essa leitura não se compromete em momento algum em fazer uma avaliação do conteúdo da religião cristã ao explicar tal metáfora, embora, às vezes, faça alguma afirmação a esse respeito. Com efeito, o texto é apenas um comentário acerca da estrutura formal da metáfora kantiana de círculos concêntricos e dos elementos que a compõem.

PALAVRAS-CHAVES: Moral, analogia, religião, Kant.

ABSTRACT: This paper aims to provide an explanation of the Kantian metaphor of concentric circles in order to comprehend how Kant understands both the moral religion proposed with such a metaphor, and the issue of analogy, which is also involved in it. No commitment whatsoever is made to assess the Christian religion, even though the explanation of Kant's metaphor can, at times, lead to some statements on it. The paper is nothing but a comment about the formal structure of the Kantian metaphor of concentric circles and about the elements that compose it.

KEY-WORDS: Moral, analogy, religion, Kant.

---

¹ Doutorando em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Artigo submetido a avaliação no dia 28/10/2008 e aprovado para publicação no dia 24/09/2009

Em uma análise dos dois prólogos de *A Religião nos Limites da simples razão*, observa-se a articulação dos conceitos de moral, religião e teologia em três momentos. No primeiro momento, Kant trata de questões entre moral e religião. Nele, a argumentação é que a moral se basta a si própria, mas que também da moral promana um fim. No segundo momento, o argumento é acerca da relação do trabalho que cabe ao investigador filosófico da religião e ao teólogo bíblico, no sentido de que um não deve avançar sobre a área de atuação do outro. No terceiro momento, Kant se detém em explicar como compreende o título da obra a partir do experimento com círculos concêntricos no qual o elemento histórico-revelado fornece uma roupagem para o elemento moral puro. Particularmente, é a terceira parte desse argumento que permitirá compreender o que Kant quer dizer por religião moral e a questão da analogia aí envolvida.

O mecanismo utilizado por Kant para a explicitação do experimento com círculos concêntricos é o esquematismo da analogia, uma estrutura teórica para a ilustração analógica dos conceitos e princípios morais. De modo que essa estrutura teórica não fornece nenhum tipo de conhecimento teórico-especulativo, mas apenas torna um conceito moral-puro compreensível através da analogia com alguma coisa sensível. Ou então, um modo de como os conceitos morais puros podem influenciar a disposição humana, isto é, “como se pode fazer a razão objetivamente prática também **subjetivamente** prática” (CRPr V, 151).

No segundo prólogo de *A Religião nos Limites da simples razão*, Kant se detém em explicar como compreende o título da obra a partir do experimento com círculos concêntricos. Nesse experimento, o elemento moral puro é vestido sensivelmente pelo elemento histórico-revelado, ou seja, o segundo elemento da problemática gerada ao entorno da obra: o lugar da revelação². A imagem kantiana de círculos concêntricos é a marcação do limite entre o que é essencial e o que é supérfluo em matéria religiosa. Isso quer dizer que ao definir os limites em que poderá desenvolver uma religião racional, Kant apresenta uma preocupação metodológica para a fixação dos critérios da determinação de uma relação entre a razão e a revelação, isto é, entre a crítica e a história. Kant propõe esse experimento explicando a compreensão do título de sua obra. Tal explicação consiste em que

a revelação pode, ao menos, constar também da *religião racional* pura, enquanto, inversamente, a última não pode fazer o mesmo para o que é histórico na revelação, eu serei capaz de considerar o primeiro como uma

² O primeiro elemento da problemática gerada ao entorno da obra kantiana sobre a religião reporta-se ao direito de o filósofo pronunciar-se sobre assuntos de religião (cf. KRASSUSKI, J. A. *Crítica da religião e sistema em Kant*. p. 181).

esfera *mais ampla* da fé que inclui a outra dentro de si mesma, uma esfera *mais estreita* (não como dois círculos externos um ao outro, mas como círculos concêntricos) (RL VI, 12).

Para Kant, o aspecto revelado da religião contém algo de puro em seu interior, as ideias morais suprassensíveis que são vestidas através da linguagem simbólica da religião revelada, unicamente, para fazê-las mais compreensível à humanidade sensível. A religião racional pura é a “*essência verdadeira e racional*”³ da revelação. A revelação, enquanto tal constitui uma religião empírica, histórica. Essa condiciona a fé eclesial por suas circunstâncias históricas e afirmações baseadas na revelação divina. A religião racional pura, enquanto estrutura da pura fé religiosa (fé moral) contém a parte mais importante, pois é o núcleo da revelação.

O experimento kantiano com círculos concêntricos reportar-se à pura religião da razão na esfera mais estreita; e aponta para a avaliação de alguma religião empírica particular na esfera mais ampla, por “considerar os fragmentos dessa revelação, como *sistema histórico*, capaz de conceitos morais e ver se isso não conduz de volta para o mesmo *sistema racional* puro da religião” (RL VI, 12). Para a religião pura, um desígnio moral-prático de investigação é suficiente, uma vez que o conceito racional *a priori* apenas tem lugar numa tal conexão (entre religião racional e religião revelada). E, como entre ambas existe certa harmonia, quem – *obedecendo aos conceitos morais* – seguir uma, coincidirá com a outra.

Para o experimento kantiano, uma vez que o culto⁴ não é um fim, isso significa que ele serve apenas como meio para transmitir as ideias morais que a religião histórico-revelada possui em seu núcleo. Nesse intuito, tenho como objetivo mostrar a estrutura formal do modo como as ideias morais são transmitidas à humanidade num processo histórico, isto é, como a religião histórica é o veículo da religião moral. Ou ainda, é uma investigação para averiguar se o experimento kantiano de círculos concêntricos funciona. Desse modo, a religião moral tem como sua principal tarefa a formação moral do indivíduo porque torna “sensível” a percepção da lei moral para o homem.

Além do mais, é importante salientar como Kant testa seu experimento examinando um “modelo” de religião empírica para “ver se ele não conduzirá de volta para o mesmo *sistema racional* puro da religião” (RL VI, 12). De acordo com isso, no esquema kantiano, “a expressão histórica das verdades morais é pedagogicamente necessária”⁵, pois ensina como o homem deve construir uma vida moral. O desenvolvimento religioso do

³ WOOD, A. W. *Kant's Moral Religion*. p. 193.

⁴ Algo comum em práticas religiosas à reverência de divindades.

⁵ MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith*. p. 116-7.

homem traduz-se como o desenvolvimento de suas capacidades racionais, o estabelecimento de um caráter duradouro, ou melhor, a religião tem como seu objetivo o ensino do estabelecimento de uma vida moral através do ensino de seu conteúdo simbólico, que além de uma doutrina estatutária contém ideias morais. Desse modo, a religião moral consiste na melhoria moral do homem. No entanto, dada à natureza sensitiva da humanidade, para tal ensino é necessária uma ajuda heurística que é provida pelo aspecto histórico-revelado. Desse modo, a metáfora kantiana de círculos concêntricos que marca o limite entre o que é essencial e o que é supérfluo em matéria religiosa significa o que afirma.

O que significa, então, tal conexão, se o conhecimento do supracensível não é possível? Ou melhor, qual a “proficuidade” dessa conexão (entre religião racional e religião revelada)? Segundo G. E. Michaelson, “o lado empírico, histórico e representativo da religião, longe de ser automaticamente ilícito é um importante mediador da pura religião moral para uma humanidade finita e sensitiva”⁶. Nesse contexto, o que significa que a religião histórica ou revelada seja mediadora da religião moral pura? Isso é o significado do que Kant propõe com o experimento de círculos concêntricos. Esse experimento consiste em abordar questões de religião dentro dos limites da razão.

Em *A Religião nos Limites da simples razão*, o que é supracensível e não está submetido às condições da sensibilidade deve adquirir um aspecto sensível, e desse modo, a narrativa bíblica permite representar, por analogia, o que não comporta as condições da sensibilidade. Desse modo, é possível afirmar que a religião histórica é o veículo da religião moral. Essa afirmação é possível, porque a definição do experimento kantiano de círculos concêntricos afirma que “a revelação pode, ao menos, constar também da *religião racional pura*” (RL VI, 12), enquanto que o contrário é impossível.

Através dos elementos da narrativa bíblica Kant pode simbolizar as ideias morais, isto é, uma forma de fornecer uma explicação das ideias morais de modo que seja mais acessível à humanidade. Esse processo de simbolização dos conceitos morais se dá num contexto bem delimitado, de modo que Kant pode ilustrar a maneira em que esses conceitos morais puros podem ser representados por exemplos históricos contingentes⁷.

Em *A Religião nos Limites da simples razão*, Kant apresenta esse argumento afirmando que “é evidentemente uma limitação da razão humana que nunca é inseparável dela, que não se pode pensar de qualquer valor

⁶ MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith*. p. 10.

⁷ Cf. MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith*. p. 77.

moral significativa nas ações de uma pessoa sem ao mesmo tempo representar essa pessoa ou sua expressão em aparência humana” (RL VI, 65n). Isso quer dizer que há uma necessidade natural em todos os homens de que essas ideias morais suprassensíveis possam ser amparadas sensivelmente, isto é, uma confirmação experiencial. De acordo com isso, esse procedimento somente tem sentido para o âmbito prático da razão, uma vez que ele não possibilita nenhum tipo de conhecimento do objeto em questão, senão que “em uma representação simbólica em que apenas o prático é compreensível para nós” (RL VI, 171), isto é, a possibilidade de fazer com que uma idéia da razão seja intuitiva apenas segundo certa analogia. Ou seja, a analogia “é propriamente uma linguagem para o indizível, uma linguagem que não recua diante das formas onde a experiência humana se dá”⁸. Nesse contexto, a ilustração analógica de conceitos morais através de um símbolo bíblico⁹ representa uma limitação da razão humana porque ela estabelece uma proporção de equivalência onde os termos são sempre de proporcionais, porém, jamais idênticos.

[S]empre necessitamos de certa analogia com o ser natural para fazer compreensível a nós características supersensíveis. [...] Temos aqui (como meio de explicação) um *esquematismo da analogia*, com o qual não se pode dispensar. Transformá-lo em um *esquematismo da determinação do objeto* (como meio de expandir nosso conhecimento) constitui um *antropomorfismo*, e de um ponto de vista moral (na religião) isso tem as mais danosas consequências (RL VI, 65n).

No intuito de fazer mais compreensível o esquematismo da analogia, o que se propõe é tomar um exemplo, nesse caso, sugere-se um que Kant apresenta nos *Prolegômenos*: “como se relaciona a promoção da felicidade das crianças = a com o amor dos pais = b, como a prosperidade do gênero humano = c com o desconhecido em Deus = x, o que denominamos amor” (P IV, 358n). Essa relação pode ser expressa como $a : b = c : x$. Explicitando essa relação G. E. Michaelson argumenta que se “falamos do amor de Deus à humanidade como análogo ao amor de um pai por seus filhos, não estamos – sob fundamentos kantianos – postulando uma analogia entre Deus e a idéia de um pai. Estamos postulando uma analogia entre duas *relações*: a relação entre Deus e humanidade é análoga a relação entre pai e filho”¹⁰.

Aplicando a fórmula de Kant dos *Prolegômenos* para a concepção de ideias regulativas, a primeira relação ($a : b$) é a relação categorial entre aparências na experiência possível ou como o exemplo claramente expressa, a relação

⁸ MARTY, F. *La naissance de la métaphysique chez Kant*. p. 224.

⁹ “O símbolo bíblico é uma *ilustração analógica* dos conceitos morais e dos princípios morais” (cf. LEMA-HINCAPIÉ, A. *Kant y la Biblia*. p. 125).

¹⁰ MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith*. p. 112.

entre pai e filho. A segunda relação (c : x) é um modelo¹¹ heurístico de reflexão. Nesse modelo heurístico de reflexão, a regra usada na primeira relação é a mesma regra de reflexão usada na segunda relação. Ou melhor, a regra de reflexão é transferida de uma relação à outra para fazer um objeto suprassensível compreensível¹². A relação entre ambos é a mesma, no entanto, o complexo «coisa» das aparências é mutuamente relacionado dentro da experiência possível (primeira relação: esquematismo) e o complexo «coisa» da relação da experiência possível ao fundamento pensado na idéia (segunda relação: simbolização) é totalmente diferente. A diferença está no fato que a idéia significa apenas um “objeto na idéia” (CRP B 698), portanto, o desconhecido – e desconhecível – quarto membro da proporção, na qual se pensa “algo de que não possuímos qualquer conceito acerca do que seja em si, mas de que concebemos, no entanto, uma relação com o conjunto dos fenômenos, análoga à que os fenômenos têm entre si” (CRP B 702).

O interesse ou necessidade da razão em unificar o que é conhecido pelo entendimento funciona assim por construir modelos de uma fonte de unidade e inteligibilidade que é identificada com as relações existentes entre o mundo da experiência possível e a mera idéia. Concretamente, isso envolve o uso análogo das categorias na sua função do conhecer, isto é, a analogia entre o esquematismo e as ideias regulativas, que relacionam o que é conhecido no mundo com uma causa desconhecida e desconhecível que é assumida como se fosse uma causa como as causas conhecidas no mundo. Dado isso, a função do procedimento analógico tem por objetivo fazer um conceito da razão – tal como as ideias da moralidade – intuitivo. Nesse sentido, “a noção de lei moral e a ideia de uma disposição agradável a Deus não são tipos de coisas que poderíamos “ver”. Elas são tipos de coisas que podem ser simbolizadas e personificadas”¹³: esse é o significado do esquematismo da analogia.

O mecanismo do esquematismo da analogia é o procedimento desenvolvido por Kant para tornar compreensível como uma religião histórica pode

¹¹ Funcionalmente, o texto de Kant mostra que o emprego correto das ideias da razão significa que elas servem como modelos heurísticos construídos *a priori* para realizar as necessidades da razão por unidade sistemática do conhecimento. Conceitualmente, isso quer dizer uma predicação análoga das categorias no mecanismo *como se*. Esses modelos envolvem uma relação entre a experiência possível e a ideia transcendental. “Thus, the ideas of pure reason, being heuristic rather than cognitive devices, should simply be thought of as ‘pointing the way’ for our reflections on nature, history, and religion by means of providing us with ideals of unity and synthesis” (MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith*. p. 151).

¹² No § 59 da *Crítica da faculdade do Juízo*, Kant apresenta essa mesma relação de transferência de regra de uma relação à outra, utilizando-se de outro exemplo, a saber, a relação analógica entre um corpo natural e um corpo político (cf. CJ V, 351-54).

¹³ MICHAELSON JR. G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith*. p. 112.

concretizar e representar ideias morais. Esse procedimento ajuda a compreender a mediação entre o que é sensível e o que é suprassensível. Em *A Religião nos Limites da simples razão*, essa discussão se resume principalmente, senão exclusivamente a dois pontos: o papel que a figura de Cristo tem como o símbolo de um princípio metafísico-moral e também como o fundador histórico de uma religião; o outro ponto, a religião histórica fundada por Cristo é o veículo da religião moral proposta por Kant porque contém em seu núcleo os elementos morais dessa.

O papel da figura de Cristo como a representação do arquétipo da disposição moral agradável a Deus, em *A Religião nos Limites da simples razão*, tem sua raiz na discussão do *ideal da razão pura* na *Crítica da Razão Pura*. Na primeira seção, *do ideal em geral*, Kant argumenta que “[e]mbora não indo tão longe, temos de confessar que a razão humana contém não só ideias, mas também ideais que [...], têm no entanto força *prática* (como princípios reguladores) e sobre eles se funda a possibilidade de perfeição de certas *ações*” (CRP B 597). Nesse contexto, o ideal é a possibilidade do arquétipo, pois é a ideia *a priori* de tal arquétipo aquilo que possibilita a determinação do ideal. A representação do ser mais real – o ideal – não é para ser entendida como existência, mas apenas como a representação transcendental de um ideal. Para que o arquétipo seja visto como um ideal é necessário que seja determinado *a priori* pela ideia, que no caso da moralidade é a ideia da perfeição em si mesma, isto é, a ideia de santidade. Esse arquétipo não se torna um modelo necessário para a vida moral humana por força da imagem pessoal em que se exprime – a figura de Cristo –, mas, enquanto essa figura representa a ideia de santidade. É referindo-se a essa ideia de santidade entendida como ideal que Kant na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* argumenta que “[m]esmo o Santo do Evangelho tem primeiro que ser comparado com o nosso ideal de perfeição moral antes de o reconhecermos por tal” (FMC IV, 408). Isso significa que a ideia de perfeição moral somente é delineada *a priori* pela razão e somente nela reside.

Esta santidade da vontade é, todavia, uma ideia prática que necessariamente tem de servir como **arquétipo**, cuja aproximação infinita é a única coisa que compete a todos os entes racionais finitos e que a lei moral pura, que por isso mesmo se chama santa, lhes mantém constantemente e corretamente ante os olhos (CRPr V, 32).

Cabe aqui ressaltar que o aspecto inteligível para Kant é considerado sempre como um ideal, isto é, um modelo (*Urbild*) perfeito a ser imitado. É esse modelo de santidade da vontade que a figura de Cristo representa e que a constante aproximação a ele é o que compete à vontade humana, desse modo, “a virtude é a coisa mais elevada que uma razão prática finita [– humana –] pode conseguir” (CRPr V, 33). No entanto, o máximo de perfectibilidade que um ser humano pode alcançar nunca se igualará ao modelo perfeito. O máximo de perfeição humana pode – adequadamente

– ser apresentado como virtude, isto é, a virtude humana é uma imitação imperfeita (de natureza *ectypa*) do aspecto inteligível que o arquétipo ou o modelo de disposição moral agradável a Deus (santidade da vontade) representa. De acordo com isso, pode-se afirmar que o ser humano não deve imitar a representação visível de tal arquétipo, mas a intenção moral da boa vontade que tal arquétipo representa. Para Kant, um exemplo serve apenas para o encorajamento moral. Ainda na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, encontra-se a afirmação de que a

imitação não tem lugar algum em matéria moral, e os exemplos servem apenas para encorajar, isto é, põem fora de dúvida a possibilidade daquilo que a lei ordena, tornam intuitivo [*anschaulich*, visível, concreto] aquilo que a regra prática exprime de maneira mais geral, mas nunca podem justificar que se ponha de lado o seu verdadeiro original, que reside na razão, e que nos guiemos por exemplos (FMC IV, 409).

De acordo com essa passagem, para a moralidade não pode existir exemplos a serem seguidos porque de um exemplo existiria apenas a imitação do comportamento empírico de tal ser, ou seja, somente aquilo que está ao alcance do “conhecimento” moral-empírico humano. A figura de Cristo representa o ideal da disposição moral agradável a Deus, isto é, de uma boa disposição moral. Ou ainda, a figura de Cristo representa aquilo que não é apenas legalmente bom, mas também moralmente bom.

Jesus é o símbolo do arquétipo moral que faz analogicamente evidente a possibilidade e a necessidade de imitar dito arquétipo. Os diversos fatos sobre a história pessoal do Mestre do Evangelho esquematizam, em primeiro lugar, a intenção moral originária da humanidade em geral e, em segundo lugar, os obstáculos que se apresentam para a realização dessa intenção moral ao bem¹⁴.

De acordo com isso, pode-se perguntar: o que Jesus representa para a humanidade sensível? Jesus representa para a humanidade um exemplo de vida moral agradável a Deus. Aquele que exige um modelo sensível de imitação não passa de um incrédulo moral, isto é, alguém que não acredita na virtude humana, mas que espera algum tipo de assistência sobrenatural sem tornar-se digno dela.

Segundo a proposta kantiana de uma religião moral, todos devem reconhecer que as prescrições do dever encontram-se na razão mesma. Desse modo, essas prescrições não devem buscar justificação fora da razão, pois isso é o que qualifica a fé na revelação. Uma autêntica religião moral estabelece-se na pura intenção do coração em cumprir todos os deveres humanos como mandamentos divinos.

¹⁴ LEMA-HINCAPIÉ, A. *Kant y la Biblia*. p. 136.

A relação entre moral e religião, além de ser um elemento essencial e estrutural da razão pura é a consideração progressiva de um plano universal segundo o qual, a despeito de todos os abusos da liberdade por parte dos homens, alcançará no final o mais alto grau possível de perfeição do gênero humano. A pura religião moral, para Kant não pôde instituir-se historicamente, justamente devido à sua pureza, e, todavia, o seu destino puramente racional – moral – realiza-se somente na perspectiva de um progresso moral-histórico em que as ideias suprassensíveis da moralidade são comunicadas à humanidade sensível. “Uma religião histórica, precisamente porque ela afeta o homem sensível onde o homem é mais “receptivo”, assume o papel de uma força maiêutica no esquema de Kant”¹⁵. Nesse processo evolutivo, em que uma religião histórica é o veículo para as ideias de uma pura religião moral, processo em que a religião realiza a sua função, a religião histórica ou revelada é necessária porque provê uma ajuda heurística. Sem essa ajuda heurística, a pura religião moral não poderia constituir-se. Por causa disso, a instituição de uma religião moral ocorre somente na forma de um progresso moral-histórico, pois o que é transmitido à humanidade sensível são as ideias morais apenas.

Com isso, o principal problema da religião histórica que serve apenas de meio, em vez de promover o autêntico encorajamento para uma conduta de vida moralmente boa, faz mal uso de seus mecanismos internos¹⁶, porque a religião “tem sujeitado a consciência [moralmente sã] dos indivíduos à hierarquia de padres, solapando a liberdade individual de consciência que é a essência própria da religião racional, escravizando a alma mesmo, onde a apropriada função da verdadeira religião é precisamente liberá-la”¹⁷. Essa discussão apresenta-se como a crítica kantiana da religião. Essa crítica tem como objetivo examinar a origem, o método, e os limites da pretensão de validade de tal religião. Segundo J. A. Krassuski, “nos limites da simples razão, a religião encontra as condições de possibilidade de sua verdadeira constituição”¹⁸. A crítica da religião somente é possível pelo fato de Kant analisar uma religião histórica. Essa religião histórica é –

¹⁵ MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith*. p. 73.

¹⁶ Para Kant, a religião pode ser um instrumento de opressão e controle social quando mal conduzida. Pois, “a liberdade de pensar toma-se também no sentido de que se opõe à pressão sobre a consciência moral; quando, sem qualquer poder em matéria de religião, há cidadãos que se constituem tutores dos outros e, em vez de argumentos, sabem banir todo o exame da razão mediante uma impressão inicial sobre os ânimos, através de fórmulas de fé prescritas e acompanhadas pelo angustiante temor do perigo de uma inquirição pessoal” (SOP VIII, 145). Contudo, o Estado também pode ser um instrumento de opressão e controle social, pois como Kant afirma na *Antropologia*: “se nessa disciplina do povo a moral não antecede a religião, esta se assenhora daquela, e a religião estatutária se torna um instrumento do poder do Estado (política) sob *déspotas crente*” (A VII, 333n).

¹⁷ WOOD, A. W. *Kant's Deism*. In: ROSSI, P. J.; WREEN, M. *Kant's Philosophy of Religion Reconsidered*. p. 5.

¹⁸ KRASSUSKI, J. A. *Crítica da religião e sistema em Kant*. p. 171.

precisamente – o veículo imperfeito da religião moral. Por isso, a crítica da religião constitui-se em mostrar os princípios morais que conduzem o agir humano contra toda pretensão de ilusão e opressão religiosa.

A proposta de uma religião – que se opõe contra todo tipo de ilusão e opressão religiosa – deve ser pensada dentro dos moldes racionais, em que apenas a razão tem “o privilégio de ser a derradeira pedra de toque da verdade” (SOP VIII, 146). O princípio de pensar por si mesmo é um caso especial do princípio kantiano da autonomia aplicado à conduta intelectual humana. O teste moral consiste em perguntar para si mesmo se o fundamento sob o qual considera a sua própria crença poderia servir como um princípio universalmente válido da razão. “Um aspecto inescapável de ser uma criatura racional é o papel mediador desempenhado por nossa natureza sensível em qualquer situação que pode ser chamada de ‘experiência’ pelos padrões kantianos”¹⁹. Desse modo, a religião histórica desempenha uma importante função de mediador-representativo na teoria moral de Kant entre as ideias morais suprassensíveis e a humanidade sensível. Com isso, o fator mediador-representativo preenche a necessidade humana de um “*apelo sensível*” (RL VI, 109) para compreender as coisas do suprassensível.

Referências Bibliográficas

- ALLISON, H. E. *Kant's Theory of Freedom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- DAVIDOVICH, A. How to Read Religion within the Limits of reason alone. In: *Kant-Studien* 85 (1994) p.1-14.
- HERRERO, F. J. *Religião e história em Kant*. Trad. de José A. Ceschin. São Paulo: Loyola, 1991.
- KANT, I. *Crítica da razão prática* [CRPr]. Trad. de Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- KANT, I. *Crítica da razão pura* [CRP]. 5.ed. Trad. de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- KANT, I. *Crítica da faculdade do juízo* [CJ]. 2.ed. Trad. de Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes* [FMC]. Trad. de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2004.
- KANT, I. *Kants gesammelte Schriften*. Berlin: Der Deutschen Akademie der Wissenschaften; Walter de Gruyter, seit 1902.

¹⁹ MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith*. p. 71.

- KANT, I. *O conflito das faculdades* [CF]. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1993.
- KANT, I. *Prolegômenos a toda a metafísica futura que queira apresentar-se como ciência* [P]. Tradução de Tânia Maria Bernkopf. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- KANT, I. *Antropologia de um ponto de vista pragmático* [A]. Tradução de Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- KANT, I. Que significa orientar-se no pensamento? [SOP] In: KANT, I. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Trad. de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2004.
- KANT, I. Religion within the Boundaries of mere Reason [RL]. In: KANT, I. *Religion and Rational Theology*. Translated by Allen W. Wood and George di Giovanni. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- KRASSUSKI, J. A. *Crítica da religião e sistema em Kant: um modelo de reconstrução racional do cristianismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- LEMA-HINCAPIÉ, A. *Kant y la Biblia*. Barcelona: Anthropos, 2006.
- MARTY, F. *La naissance de la métaphysique chez Kant*. Paris: Beauchesne, 1997.
- MICHAELSON, G. E. *The Historical Dimensions of a Rational Faith: the Role of History in Kant's Religious Thought*. Washington: University Press of America, 1979.
- MICHALSON, G. E. *Kant and the Problem of God*. Oxford: Blackwell, 1998.
- MUNZEL, G. F. *Kant's Conception of Moral Character*. Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- PIRILLO, N. (a cura di). *Kant e la filosofia della religione*. Brescia: Morcelliana, 1996.
- REBOUL, O. Kant et la religion. In: *Revue d'histoire et de Philosophie Religieuses* 50: 2 (1970) p.137-153.
- ROSSI, P. J.; WREEN, M. *Kant's Philosophy of Religion Reconsidered*. Indianapolis: Indiana University Press, 1991.
- WOOD, A. W. *Kant's Moral Religion*. Ithaca: Cornell University Press, 1970.

Endereço do Autor:

diego.zanella@gmail.com